



CESP. REC 117

# CÂMARA MUNICIPAL DE IVINHEMA

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ofício Nº 630/2019

Ivinhema/MS, 03 de Dezembro de 2019.

**Assunto:** Encaminha Requerimento

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao tempo que cumprimento Vossa Excelência sirvo-me do presente, encaminhar o *Requerimento* dos Senhores Vereadores aprovado na Centésima Décima Quinta Sessão Ordinária da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Ivinhema - MS, realizada aos 02 dias do mês de Dezembro de 2019.

Requerimento n.º 173/2019 – Autores Vereadores – **Adimilson Lucio de Oliveira, Claudemir Batista da Rocha, Eduardo Alves dos Santos, Estefan Martins Lopes, Gerson Gonçalves de Carvalho, Ivonete Mendonça Borba, João Escarmanhani, Juliano Barros Donato, Márcio Alves de Oliveira, Róbinson Castilho Vieira e Valter Petreli Branco**

Sendo para o momento, renovo protestos de estima e consideração.



**Adimilson Lucio de Oliveira**

Presidente da Câmara Municipal de Ivinhema  
Biênio 2019-2020

A sua Excelência o Senhor  
**Rodrigo Maia**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
**Brasília - DF**



CCT CESP REC 45125  
Câmara Munic. de Ivinhema  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IVINHEMA** Protocolo nº 948  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
Data em: 02/12/19  
Horas: 09h37

**REQUERIMENTO Nº 173/2019**

*Elila Gatto*

Elila Gatto de S. Fagundes  
Diretor de Departamento  
Município de Ivinhema

Autoria: **Vereadores Adimilson Lucio de Oliveira, Cláudio Batista da Rocha, Eduardo Alves dos Santos, Estefan Martins Lopes, Gerson Gonçalves de Carvalho, Ivonete Mendonça Borba, João Escarmanhani, Juliano Barros Donato, Márcio Alves de Oliveira, Róbinson Castilho Vieira e Valter Petreli Branco**

Os Vereadores abaixo assinados, nos termos do Artigo 81 do vigente Regimento Interno, **Requerem** à Mesa seja endereçado expediente ao Exmo Senhor **Davi Alcolumbre**, Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, e ao Exmo Senhor **Rodrigo Maia**, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando que seja aprovada a PEC 15/2015, do Novo FUNDEB pelo Congresso Nacional e a manutenção da vinculação constitucional para a educação (conforme o art. 212, da Constituição Federal) e a saúde.

**JUSTIFICATIVA**

A desvinculação orçamentária nas áreas da educação e da saúde já se mostrou contraproducente em outros momentos da história de nosso país. Portanto, existem inúmeros motivos para defender o Fundeb permanente e com mais recursos. Destacamos a seguir as cinco principais razões pelas quais essa proposta é fundamental para a educação pública:

**1. Muitas escolas poderão ficar sem recursos**

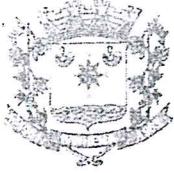
Principal mecanismo de financiamento da Educação Básica, o Fundeb é atualmente responsável por 50% de tudo o que se investe por aluno a cada ano em pelo menos 4.810 municípios brasileiros (86% do total de 5.570 municípios). Se o Fundeb não for renovado, quase metade das escolas do país poderão fechar as portas, deixando alunos sem aulas. O Fundeb precisa ser permanente para que os estudantes não corram o risco de perder esse direito – e com mais recursos, para incluir os que ainda estão fora das redes.

**2. Corrige desigualdades socioeconômicas regionais**

O Fundeb é um conjunto de 27 fundos que distribui os recursos da educação em todos os entes da Federação, diminuindo as desigualdades regionais no campo da educação. Para se ter uma ideia, apesar dos municípios obterem cerca de 18% da arrecadação tributária, e os estados

*Adimilson L. de Oliveira*  
APROVADO NA ÚNICA  
02/12/2019  
Adimilson L. de Oliveira  
Presidente  
Bicênio 2019/2020





## CÂMARA MUNICIPAL DE IVINHEMA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

25%, esses entes são responsáveis, respectivamente, pelo atendimento de 43% e de 35% do total de matrículas escolares. O Fundeb torna essa distribuição de recursos mais justa, dando mais recursos para quem atende mais estudantes. Em 2019, receberam a complementação da União os seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Com o aumento do aporte da União, dos atuais 10% para até 40% em 10 anos, a maioria dos estados será beneficiada com esses novos recursos.

### 3. Promove a qualidade da educação pública

O CAQ (Custo-Aluno Qualidade) é um mecanismo para determinar o quanto o Brasil precisa investir por aluno ao ano para garantir um padrão de qualidade do ensino. Foi incluído em quatro das doze estratégias da Meta 20 do novo PNE (Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014). Para realizar este cálculo, o CAQ considera condições como tamanho das turmas, formação, salários e carreira compatíveis com a responsabilidade dos profissionais da educação, laboratórios, bibliotecas, quadras poliesportivas, entre outros equipamentos, para cumprir a lei. O CAQ precisa ser regulamentado e o novo Fundeb permanente e com mais recursos da União poderá garantir esses recursos para a qualidade da educação.

### 4. Valoriza os (as) trabalhadores (as) em educação

A CNTE propõe a subvinculação de no mínimo 80% dos recursos do Fundeb para remunerar todos os profissionais da educação. O aumento do aporte da União é uma forma de garantir melhores condições de trabalho, salário e carreira para as trabalhadoras e trabalhadores das escolas públicas. Essa valorização requer a imediata regulamentação do piso salarial profissional e de diretrizes nacionais para os planos de carreira da categoria, direitos previstos no art. 206 V e VII da Constituição Federal.

### 5. Fundeb atende a demanda por direito à educação!

O Fundeb já provou ser um instrumento extraordinário para aumentar o número de matrículas nas escolas. Mas os recursos ainda são insuficientes. O aumento do aporte da União no Fundeb, dos atuais 10% para 40% em 10 anos, além da inclusão de novas receitas ao Fundo (sobretudo as riquezas provindas da exploração de petróleo, gás e minérios), é importante para que o país de fato possa incluir, qualidade, os mais de 2 milhões de crianças e adolescentes que ainda estão fora da escola. Também é necessário para a inclusão dos quase 80 milhões de jovens e adultos acima de 18 anos de idade que não concluíram a educação básica e os mais de 13 milhões de adultos analfabetos no país.

Protocolo Nº 948  
Magistério Responsável  
Eliete Gatto de S. Fagundes  
Diretor de Departamento  
Mat. Nº 3052013-2

APROVADO NA ÚNICA  
Sessão de 12/12/19  
Admilson L. de Oliveira  
Presidente  
Bienio 2019/2020



# CÂMARA MUNICIPAL DE IVINHEMA

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Plenário Vereador Benedito Ferreira da Câmara Municipal de Ivinhema/MS, aos 02 dias do mês de dezembro de 2019.

**ADIMILSON LUCIO DE OLIVEIRA**  
VEREADOR/PSDB

**CLAUDEMIR BATISTA DA ROCHA**  
VEREADOR/PSDB

**EDUARDO ALVES DOS SANTOS**  
VEREADOR/PSDB

**ESTEFAN MARTINS LOPES**  
VEREADOR/PTB

**GERSON GONÇALVES DE CARVALHO**  
VEREADOR/PDT

**IVONETE MENDONÇA BORBA**  
VEREADORA/PSDB

**JOÃO ESCARMANHANI**  
VEREADOR/ MDB

**JULIANO BARROS DONATO**  
VEREADOR/PR

**MÁRCIO ALVES DE OLIVEIRA**  
VEREADOR/PR

**RÓBINSON CASTILHO VIEIRA**  
VEREADOR/PDT

**VALTÉR PETRELI BRANCO**  
VEREADOR/ MDB

APROVADO NA ÚNICA  
02/12/2019  
Adimilson L. de Oliveira  
Presidente  
Bilância 2019/2020

Câmara Munic. de Ivinhema  
Secretaria / Protocolo nº 948  
Entrada em: 02/12/19  
Horas 09h37

*Elisa Gatto*

Funcionário Responsável

Elisa Gatto de S. Fagundes  
Diretor de Departamento  
Mat. Nº 3052013-2